



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

JÉSSICA CHAVES DUARTE MACHADO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO BÁSICO COMO FORMA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS**

REDENÇÃO - CE

2023

JÉSSICA CHAVES DUARTE MACHADO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO BÁSICO COMO FORMA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Natália Cabanillas

REDENÇÃO – CE

2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	8
3. PROBLEMA DE PESQUISA	12
4. OBJETIVOS	12
4.1. OBJETIVO GERAL	12
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
5. METODOLOGIA E MÉTODOS	13
6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
6.1. A VIOLÊNCIA E OS NÚMEROS	14
6.2. A EDUCAÇÃO SEXUAL AO LONGO DA HISTÓRIA	16
6.3. O CAMPO POLÍTICO INFLUENCIANDO A DIREÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	19
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	25

RESUMO

Este projeto visa analisar de que forma a Educação Sexual aparece nas escolas de ensino básico nacionais como parte da formação de crianças e adolescentes e como ela foi construída e estruturada ao longo do século desde que começou a aparecer como tema de debate no panorama social e político do Brasil. Pretendendo também verificar como ela pode ser usada para diminuir as estatísticas do abuso e da violência sexual contra crianças e adolescentes se utilizada da forma correta, analisar os instrumentos legais que já foram criados para implementá-la na comunidade escolar e quais foram as principais barreiras contra a sua implementação; levando em consideração o campo legal ao qual a Educação Sexual está inserida por ser destinada principalmente ao ensino de jovens menores de idade, foi escolhida como metodologia central a análise de documentos e análise bibliográfica.

Palavras-chave: Violência sexual; Educação Sexual; Abuso infantil.

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um dos maiores problemas de saúde pública de acordo com a Organização Mundial da Saúde, pelo fato de atingir todas as esferas da sociedade, sejam elas relativas a classes sociais, religiões ou mesmo as diversas etnias e culturas, além de afetar todas as idades, desde o nascimento à velhice (Pfeiffer; Salvagni; 2005).

Este estudo objetiva trazer de forma sucinta o que é Educação Sexual, focando em textos, científicos e de fonte segura, sem estarem ligadas a crenças pessoais que envolvam política ou religião, e com um enfoque na garantia dos direitos das crianças a uma vida livre de abuso e de violências, e entendendo a escola como um espaço privilegiado desde o qual as políticas de proteção às crianças podem ser implementadas. Quando falamos “Educação Sexual”, a temática levanta polêmicas e continua sendo um tabu em nossa sociedade (ainda que estejamos em 2022 e tenhamos evoluído muito cientificamente). Por falar de Educação Sexual precisamos também analisar a violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com um enfoque um pouco maior no abuso sexual, para compreender mais profundamente o nível em que esta violência está entranhada na nossa sociedade, através de dados oficiais coletados e publicados e textos referentes ao assunto; pois ambos os assuntos estão diretamente ligados quando pensamos em combate a Violência Sexual Infantil. Este assunto tem uma complexidade maior por ser algo que envolve crianças e adolescentes que deveriam ser amparados por diversas leis diferentes, já que é abordado desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, ECA; 1990) até a Constituição Federal (BRASIL, CF; 1988) e outras políticas mais específicas como a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989); sendo estas leis necessárias de serem analisadas, até mesmo para tentarmos entender quais as falhas que fazem com que elas não sejam cumpridas corretamente, considerando as estatísticas que acompanham a Violência Sexual Infantil.

O projeto visa analisar também o contexto histórico da Educação Sexual no Brasil, para verificar desde o seu surgimento, no século XX, sobre do que se trata e como ela se construiu nas discussões ao longo do tempo; além de verificar também em quais momentos da trajetória ela foi implantada e/ou utilizada e qual

finalidade/objetivo ela teve ao decorrer do tempo. Para traçar essa linha temporal é preciso se atentar a diversas ocasiões que fazem parte da história política nacional, já que a Educação Sexual, independente de época, sempre está diretamente ligada ao campo político desde o início dos debates sobre o tema, pois a cada poucos anos ela volta a ser assunto nos parlamentos e câmaras, sendo discutida pela bancada de “Esquerda”: que consiste nos políticos que defendem como principal discurso que a Educação Sexual deve ser abordada nas escolas do país como forma de frear e diminuir os casos de violência contra menores partindo do princípio de que é o local com uma das menores taxas de casos de violência sexual contra menores e também é o local em que as crianças e adolescentes estão inseridos a maior parte do dia a dia, onde expressam tudo o que se passa com eles e aprendem quem são, o que é a opinião da maioria dos brasileiros segundo pesquisa do Datafolha em dezembro de 2018, que tem como dois grupos de oposição ao ensino de educação sexual: evangélicos e pessoas que dizem ter votado no Bolsonaro, enquanto que cerca de 54% dos entrevistados apoia o ensino da educação sexual, sendo em maior número mulheres e pessoas com ensino superior (Folha de São Paulo, 2019); e os políticos de “Direita”: que pautam seu discurso no argumento de que a Educação Sexual fere os direitos dos pais sobre a educação dos filhos e de que fere os direitos das crianças e adolescentes ao ser uma forma de “induzir” e “acelerar” a vida sexual dos menores, como uma das falas das ex ministra Damares em uma entrevista a Jovem Pan onde diz que defende a educação sexual porém não da forma como estaria, segunda ela, acontecendo no Brasil: “Eu vi cartilhas dadas para crianças de 12, 13 anos, com quatro homens fazendo sexo na capa. Vi menina de 8 anos colocando camisinha em um pênis de borracha”; ainda hoje ela não chegou a comprovar que isso de fato ocorreu, assim como os outros políticos da Direita que apenas afirmam ter visto ou ouvido tais coisas nas escolas sem nunca apresentarem provas reais. Ainda que os índices mostrem que mesmo sem essa “indução” que eles alegam, os jovens cada vez mais novos estão praticando atos sexuais e sem instrução acabam por aumentar os índices de IST’s, como consta em publicação online da Faculdade de Medicina da UFMG: “No Brasil, os adolescentes e jovens adultos são o grupo que mais contribui para aumentar as estatísticas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) [...] Entre os jovens de 13 a 19 anos, a taxa de detecção para essa infecção aumentou 1,654% entre 2010 e 2020”, os conservadores seguem com o mesmo padrão argumentativo.

Essa briga política junto à influência religiosa, destacando aqui o catolicismo e o cristianismo, fez com que a Educação Sexual passasse por diversos momentos onde era aprovada, implantada e voltava a debate na câmara onde era revogada ou momentos políticos onde mesmo sem ser revogada, o cenário fazia com que fosse retirada das salas e deixada de lado pela maior parte das escolas. Esse ciclo se repetiu por diversas vezes, dificultando avanços no combate a violência sexual infantil, que é o objetivo final da Educação Sexual, e fez com que seja extremamente difícil coletar informações precisas sobre o tema resultando em pouca bibliografia focada no que este projeto visa analisar.

Segundo Assis et al. (2015), a idade considerada ideal para uma criança ou adolescente aprender sobre ou iniciar a prática sexual (incluindo também a reprodutiva) está diretamente ligada ao que a sociedade adota como “limite” ou “adequado”, porém, como mostram os dados, não existe nesse caso uma idade para os abusos e violências, de qualquer natureza, começarem a ocorrer, o que leva ao questionamento de que se crianças com menos de cinco anos de idade já sofrem violência sexual e são obrigadas a carregar o peso e as consequências disso, porque aprender sobre o próprio corpo, sobre saúde sexual e reprodutiva e sobre violência e sexualidade é tido pela bancada conservadora (os parlamentares de Direita e os adeptos deste pensamento) como prejudicial ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, quando não há nada mais prejudicial do que ser vítima de violência e violação do próprio corpo, além de violência psicológica e ainda na infância.

Quando falamos nos resultados da violência, além dos danos físicos e psicológicos gerados, não podemos esquecer de que também existe a gravidez que pode ocorrer, e muitas vezes ocorrem. A Educação Sexual, nesse sentido, não só para crianças e adolescentes vítimas de violência, também é uma forma de orientar jovens quanto à segurança reprodutiva e prevenção de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, que são temas alarmantes no cenário nacional atualmente. Considerando esses outros fatores, a Educação Sexual se torna não apenas um tema a mais no currículo escolar e sim passa a ser uma questão de saúde pública, e isso a torna um assunto político dos mais importantes e urgentes para o nosso país (e no mundo).

Os argumentos que decretam como prejudicial e até mesmo “crime” a Educação Sexual são baseados em sua maioria na moral individual e coletiva das pessoas que seguem se declarando como conservadores ou Direita Conservadora, num misto de pensamentos ultrapassados originados da religião (católica ou cristã) - ainda que muitos desses pensamentos já estejam ultrapassados até mesmo para a religião em si - com pensamentos antigos de domínio patriarcal do século passado e anteriores. Na “luta” contra a Educação Sexual os conservadores utilizaram muitas notícias falsas divulgadas na mídia, como o famoso “kit gay” que Eduardo Bolsonaro, deputado federal, trouxe de volta as mídias publicando em agosto de 2022 um vídeo que mostrava uma criança segurando o livro “Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas”, afirmando que este livro faria parte do kit gay (que já é comentado a mais de 10 anos), apesar de o livro ser um autor francês, Hélène Bruller, e destinado a pais e educadores como forma de auxiliar na educação de jovens sobre temas relativos a amor e sexo. Assim como criaram uma narrativa baseada em mentiras contadas de forma bem estruturada para pessoas que não estão no meio acadêmico, educacional ou político, sabendo que estas pessoas tem, em maioria, mais dificuldade de encontrar as informações seguras e verdadeiras e que a mídia e as redes sociais hoje facilitam a divulgação em massa de informações, sejam elas falsas ou reais.

Portanto, a Educação Sexual, até o presente momento, não possui nada que a classifique como prejudicial a crianças e Adolescentes; há inclusive registros de que levar a educação sexual para as escolas seja a melhor forma de combate, como o caso ocorrido no município de Jaciara (MT) em 2018, onde duas meninas de 10 anos, primas, relataram a sua professora que foram vítimas dos “atos” que foram descritos em uma palestra de enfrentamento a violência sexual contra crianças; o caso está registrado no site da Polícia Judiciária Civil do estado do Mato Grosso e o agressor, um homem de 33 anos próximo da família das vítimas foi preso. Também não há nada na Legislação sobre Crianças e Adolescentes que mostre que a Educação Sexual fere os direitos infanto-juvenis ou que vá de encontro às leis de proteção à Infância, ou seja, a Educação Sexual além de ser uma questão de saúde pública e uma ferramenta governamental de proteção à Infância e Adolescência: não é ilegal de forma nenhuma e pode oferecer e representar um futuro mais saudável não somente para menores de idade como também para a sociedade geral.

2. JUSTIFICATIVA

Toda sociedade adota em comum acordo entre seus integrantes normas que devem ser seguidas para manter a igualdade e assegurar o bem estar de todo indivíduo. Em nossa sociedade atual, uma República, temos legislações(leis), que definem quais nossos direitos e obrigações como seres integrantes da sociedade. Entre essas leis temos aquelas que existem para garantir a preservação da infância e adolescência e o desenvolvimento saudável, em todos os sentidos, das crianças e adolescentes. Além de todas as convenções e acordos internacionais já feitos para garantir os direitos humanos e direitos das crianças, a Constituição Federal(CF) brasileira de 1988, no artigo 227, deixa claro que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

e que será punido através do código penal toda forma de abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Assim, vemos que também cabe ao Estado, conseqüentemente aos seus órgãos e instrumentos, garantir que as crianças se desenvolvam bem e sejam preservadas em todos os sentidos. Levando em consideração que crianças e adolescentes não são vistas com a importância que deveriam e que muito do que tentam dizer através da voz ou de comportamentos é negligenciado, as estatísticas não são muito claras e os números colhidos não são a realidade de quantos casos de violência sexual, ocorrem. De acordo com a OMS, o Abuso Sexual Infantil é um dos maiores problemas da saúde pública mundial, no Brasil, uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde, divulgada como Boletim Epidemiológico de número 27 em junho de 2018, feito com dados coletados entre os anos de 2011 a 2017, registrou 1.460.326 casos de violência, sendo 40,5% destes casos contra crianças e adolescentes. Com relação a violência Sexual nesse mesmo período, de 184.524 notificações, 141.105 foram contra crianças e adolescentes, totalizando 76,5% de todos os casos de violência Sexual (p. 3). Esses dados, se levando em consideração a comparação entre os anos de 2011 e 2017, mostram um aumento de 64,6% nos casos de Violência Sexual contra Crianças e 83,2% nos casos de Violência Sexual contra Adolescentes. Esse aumento mostra claramente o quanto nossa sociedade está sendo ineficiente no combate a violência sexual,

considerando que mesmo com o aumento das denúncias, também há aumento nos casos.

A maior parte da opinião pública sobre Educação Sexual é a defesa de que o assunto deve ser debatido em casa, com a família, mas a pesquisa feita pelo Ministério da Saúde aponta que mais de 60% dos casos contra crianças e mais de 50% dos casos contra adolescentes aconteceram dentro da residência, sendo o agressor algum parente ou agregado da família, esse número descarta automaticamente o argumento de que as crianças e adolescentes dentro de casa estão seguros, de forma contrária isso pode ser mais prejudicial para as vítimas.

Tendo ciência disso, é necessário que achemos uma forma de desconstruirmos perante a sociedade essa ideia de que Educação Sexual dentro das salas de aula é prejudicial para as crianças e mostrar que a escola pode ser mais bem preparada para trabalhar isso da forma correta; ainda que haja casos deste tipo de violência dentro das escolas, com uma taxa de 4,6% dos casos contra crianças e 1,4% para casos contra adolescentes, o número é bem menor do que no interior da família e isso torna a Escola o melhor veículo no combate a Violência Sexual (e também em qualquer tipo de violência). A escola é uma das instâncias do Estado responsáveis por garantir o bem estar das crianças e adolescentes e preservar sua segurança e desenvolvimento saudável já que é os ambientes onde menores de idade, de forma geral, passam a maior parte de suas vidas; um local de grande impacto e importância na vida das crianças e adolescentes, onde elas começam a se definirem como seres sociais e definem o que querem para si, além de desenvolverem relações interpessoais e criarem vínculos, deste ponto de vista, vemos que a Escola é o ambiente onde se torna mais fácil acompanhar as mudanças de comportamento das crianças e adolescentes, o ambiente mais propício para que os sintomas da Violência Sexual Infantil se manifestem e sejam reconhecidos por pessoas e profissionais que façam parte do corpo docente, até mesmo de funcionários em geral, das escolas desde que os mesmos estejam preparados para estas situações, assim interrompendo o ciclo da violência e reduzindo os danos causados às crianças e adolescentes.

Falar e aprender sobre Educação Sexual não se trata apenas de bater em uma tecla polêmica para a sociedade com intuito de gerar mais teorias que não modificam nada; falar deste tema é abrir uma discussão sobre qualidade de vida e sobre dar uma chance aos indivíduos que estão em maior risco de se tornarem

vítimas de violência sexual de aprenderem quem são e aprenderem sobre os próprios corpos para se protegerem e se conhecerem; além de ensiná-los sobre os riscos que correm continuamente para que possam se defender, e, se já forem vítimas, que possam compreender o que estão passando e sintam a segurança necessária para pedir ajuda e denunciar. Debater esse assunto é sempre importante para que a sociedade entenda que a Educação Sexual Infantil se trata de proteção às crianças, um direito inerente a todo ser humano: direito à segurança e ao desenvolvimento saudável; que o conhecimento do corpo com instruções corretas e didáticas pode salvar as crianças. O tratamento precoce da violência, combatendo ela antes que ela possa de fato acontecer, é uma forma mais segura e eficaz para as vítimas do que tratar somente as consequências do abuso depois que ele ocorre e seus frutos já estão enraizados nas vítimas. A educação não deve ser somente para ensinar crianças a não serem vítimas, mas também para ensinar a crianças a não se tornarem abusadores, é assim que se combate com mais eficácia a violência.

A educação sobre estes assuntos poderia ser um tema trabalhado dentro de casa, é o que muitos acreditam, mas na prática nós não temos essas conversas no núcleo familiar, até porque pessoas de confiança, da família, com laços sanguíneos ou vínculo afetivo estão entre as pessoas que mais abusam de crianças e adolescentes, sendo o agressor uma pessoa da família, amigo/conhecido ou parceiro (no caso de adolescentes) em 64,6% dos casos contra crianças e 65,8% dos casos contra adolescentes de acordo com o Boletim Epidemiológico (p. 6 e 9). É daí que temos a necessidade que o tema seja abordado dentro das salas de aula, onde as crianças vítimas de violência muitas vezes se sentem seguras e buscam ajuda. Onde a família falha na proteção, o Estado e suas ferramentas devem proteger e amparar.

Porém, na realidade em que vivemos a família falha com as crianças, o Estado também falha e quando uma criança ou adolescente se conscientiza e se encoraja a falar e procurar seus direitos perante a justiça e a polícia, estes também falham; falharam comigo, falharam com pessoas que conheço, pessoas da minha família e meus amigos, assim como falharam com milhares de jovens que passaram por tanta dor e desespero e precisaram carregar as marcas do trauma por toda a vida.

É esta a importância do tema para mim: que os debates sobre a importância da Educação Sexual no combate a Violência Sexual Infantil evoluam para a prática

desta Educação nas escolas, para que a sociedade não continue falhando com nossas crianças no futuro, como tem falhado até aqui. A Educação pode salvar vidas, a maioria dos casos que jamais são denunciados poderiam vir à tona se houvesse um mínimo espaço de fala para quem passa pela violência, se houvesse um acolhimento para as vítimas e se estas tivessem as instruções corretas. Não falar deste assunto, não levá-lo às salas de aula é dar munição e incentivo para os abusadores, é dar a eles a segurança de que a vítima não vai ser ouvida, que a criança ou o jovem irá ter medo de ser desacreditado e julgado, ou que estes nem mesmo saberão o que está ocorrendo e assim, jamais serão descobertos. A violência sexual está inserida em todos os ambientes, em todas as classes sociais, em todas as comunidades do mundo; e não, ainda não há iniciativas por parte dos governos e governantes para realmente e efetivamente mudar essa realidade. A educação é a base para a vida e como tal, deve ser utilizada da forma correta para garantir a vida.

Além disso, com a crescente entrada de pessoas nas universidades, e o constante desenvolvimento e evolução dos conhecimentos, temos cada vez mais a entrada de pessoas no mercado de trabalho e pessoas muito bem capacitadas buscando atuar nas áreas de Educação, a UNILAB além de ser uma universidade Federal que atende dois Estados do País, é uma Universidade que atende vários países estrangeiros, criando um ambiente diversificado onde há uma troca muito grande de experiências e conhecimentos, com professores também estrangeiros que unem suas experiências de vida ao nosso conhecimento, criando assim um conjunto de saberes diferenciados e novos que os alunos podem utilizar. A UNILAB forma pessoas em diversas áreas, porém uma grande parte que está inserida nas áreas voltadas para educação, como Pedagogia, História, Sociologia e Antropologia (as áreas de base do Bacharelado em Humanidades), serão futuros pedagogos e professores, desta forma, ao incluir cadeiras voltadas a essa temática e ao preparo de futuros profissionais que saibam o que fazer ao se depararem com situações que podem ser de abuso e violência formará profissionais com o diferencial de ter um conhecimento diferenciado para compartilhar nas Escolas, serão profissionais muito mais capacitados a lidar com as diferentes situações que podem vir a ocorrer em um ambiente escolar.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

Este projeto de pesquisa procura mapear as políticas públicas para a promoção da educação sexual nas escolas de ensino básico do território nacional brasileiro, focando em três perguntas: a educação sexual está sendo incluída nos currículos escolares e de quais formas essa inclusão está ocorrendo; qual o enfoque do marco jurídico que contempla a incorporação deste conteúdo no ensino básico e da legislação para a proteção da infância e como o campo político tem se comportado quanto a este tema; e qual é a relação entre violência contra crianças e adolescentes e educação sexual, com base nos estudos disponíveis. Para isso serão analisados documentos do ministério de Educação, Leis federais e portarias do MEC e bibliografia especializada.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Mapear políticas sobre Educação Sexual nas escolas e a forma que está sendo implementada no Ensino Básico de educação.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a estrutura didática da Educação Sexual e como ela aparece no currículo escolar de educação básica dentro das normas e com autorização dos órgãos responsáveis pelo mesmo. (bibliografia + MEC)
- Analisar o marco jurídico que envolve a Educação Sexual e a Violência Sexual Infantil. (leis/análise documental)
- Abordar a relação entre a Educação Sexual e a Violência Sexual Infantil. (bibliografia)

5. METODOLOGIA E MÉTODOS

A pesquisa será construída através de análise documental e bibliográfica, de caráter exploratório, com base em artigos e documentos coletados de forma cuidadosa, através, principalmente, das plataformas Google Acadêmico e SciELO. Foram feitas pesquisas nestas plataformas utilizando como base geral os termos

“Educação Sexual” e “Violência Sexual Infantil” para iniciar a coleta de obras; cada arquivo selecionado inicialmente foi inserido em um drive online para armazenamento, para garantir a disponibilidade e fácil localização dos mesmos para serem utilizados posteriormente. Para manter o objetivo da pesquisa foi feita uma análise de cada artigo e documento coletado, considerando os títulos, datas e origem para selecionar apenas os que tivessem fonte confiável, que houvessem sido publicados mais recentemente e que mantivessem o foco nos termos iniciais; artigos e documentos que abrangiam uma delimitação maior que o Brasil e que não foi possível localizar a fonte ou que fugiam do objetivo central desta pesquisa foram descartados. Como último passo para desenvolver o projeto, cada arquivo coletado e analisado foi dividido em três categorias: levantamento de dados; relação entre educação e violência sexual infantil; política e legislação de proteção a menores de idade. Essa divisão foi feita a fim de facilitar a compreensão dos textos e obtenção das informações necessárias, otimizando o tempo para busca e construção da pesquisa.

Para fundamentar o panorama legal ao qual o projeto retrata foram lidos textos originais da Constituição Federal (BRASIL, 1988), onde foi lido o artigo 227, acessado através do site oficial do Planalto, para compreender e pontuar como as Escolas Públicas possuem base legal para servirem de instrumento a proteção da infância e adolescência; do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), para analisar se a Educação Sexual fere algum artigo no tocante a educação dos menores, dando especial atenção ao artigo 70 e 70-B do ECA, coletado também através do site do Planalto e o pdf disponibilizado pelo site do Governo, que está armazenado juntamente aos outros arquivos do projeto; os Parâmetros Curriculares Nacionais focando no caderno de “orientação Sexual” levando em consideração que os PCN’s são criados e autorizados através do Governo Federal para orientar os professores quanto aos assuntos que devem ser abordados em sala de aula juntamente a Lei de Diretrizes e Bases (MEC, 1996). Também foram utilizados para a pesquisa arquivos digitais de documentos oficiais anteriormente publicados por alguma instância do Governo, tais como: o “Guia Escolar (MEC, 2004): Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” produzido e publicado e assinado pela Presidência da República e a cartilha “Abuso e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes: A Infância Pede Socorro” resultado de um projeto universitário da Faculdade Estadual de Filosofia,

Ciências e Letras de União da Vitória – FAFIUV e promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), do Governo do Estado do Paraná, o que a torna um instrumento seguro e oficial, se adequando ao critério de escolha de documentos utilizados neste projeto de Pesquisa.

Para atingir o objetivo da presente pesquisa será analisada em detalhe a estrutura didática da Educação Sexual e como ela aparece no currículo escolar de educação básica, com base nas análises de documentos publicados pelo MEC; devido ao tipo de temática, a possibilidade de realizar a pesquisa numa ou mais escolas foi inicialmente desconsiderada, sobretudo devido a que a maioria do projeto ainda se desenvolveu durante o governo de Jair Bolsonaro, de ideologia abertamente conservadora. Também será analisado o marco jurídico que envolve a Educação Sexual e a Violência Sexual Infantil, em particular retomando tratados internacionais assinados pelo Brasil, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas estaduais no Estado do Ceará, com base em duas perguntas: que mecanismos de implementação estão previstos e como são enfocadas as crianças e adolescentes na lei. Por último, com base em estudos especializados, será analisada a relação entre a Educação Sexual e a Violência Sexual Infantil.

6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

6.1. A VIOLÊNCIA E OS NÚMEROS

De acordo com Florentino (2015), podemos dividir a violência sexual infantil em duas classificações: a exploração sexual, onde o foco é obter lucro através da venda, prostituição e pornografia de crianças e adolescentes, um dos motivos pelos quais existe o tráfico infantil; e o abuso sexual, que se define por qualquer ato ou contato íntimo entre um ou mais adultos (ou um adolescente mais velho) e uma criança ou adolescente com finalidade de satisfação sexual por parte do primeiro. E este último mais frequentemente aparece com relações incestuosas, ou seja, acontece com maior incidência dentro do seio familiar, o que eleva os níveis de danos a vítima e dificulta tanto a denúncia quanto a confirmação do abuso.

De fato, no Brasil os dados são alarmantes quanto a esse tipo de violência. Um levantamento do Ministério da Saúde entre 2011 e 2017 obteve um total de 184.524 notificações de violência sexual, onde 141.105 foram cometidas contra crianças e adolescentes, significando 76,5% dos casos. Esses dados e muitos outros foram publicados como Boletim Epidemiológico (2018) e traz detalhadamente os perfis das denúncias. O boletim comprova que o maior número de casos ocorre contra meninas (74,2% contra crianças e 92,4% contra adolescentes), o que segundo Pfeiffer e Salvagni (2005) reflete o que é mais aceito pela sociedade, considerando que embora haja muitos casos de abuso homossexual, estes são muito mais difíceis de serem aceitos e denunciados por conta da nossa construção social estruturalmente preconceituosa. Outro dado extremamente relevante é que 51,2% dos casos, não divididos entre sexo, tiveram vítimas de 1 a 5 anos de idade, o que podemos associar ao fato de que quanto mais jovem as vítimas forem, melhor será para o abusador alcançar o objetivo de satisfazer suas vontades e manipular a vítima para não ser descoberto, já que crianças dessa faixa etária têm pouco ou nenhum conhecimento sobre corpo e sexualidade e são culturalmente instruídas a respeitar e obedecer aos mais velhos, ensinamento esse que impulsiona as crianças a se exporem ao risco sem ter noção do que estão passando.

Também é revelado nos resultados da pesquisa do Ministério da saúde que cerca de 45,5% das crianças abusadas eram crianças negras e 55,5% dos casos contra adolescentes eram adolescentes negros, o que nos leva diretamente ao fator de que apesar de o abuso sexual atingir todos os níveis sociais, ele é mais denunciado por famílias de condições financeiras menores, que também são os principais alvos de diversos outros tipos de violência, nos levando a questões relacionadas a situação que essa parcela da população vive na sociedade e como são tratados pelo restante da população e das autoridades; porém esse fato não retrata que em famílias de alto padrão social o abuso contra crianças não ocorre, apenas que é muito mais fácil de ser encoberto nesses ambientes, onde o dinheiro e o status pode encobrir a violência e proteger mais facilmente o agressor do que a vítima, um reflexo da distorção que a sociedade tem sobre os valores morais (Pfeiffer, Salvagni; 2005).

Encontrar estratégias de combate às diversas modalidades de violência que tragam resultados e eficácia sempre leva a enormes debates e questionamentos, pois é necessária uma articulação de diversos setores da sociedade e de um

consenso entre todos; fora a discussão que se segue sobre as abordagens que devem tomar, o longo caminho até que as mesmas sejam implementadas e a verificação se os resultados estão sendo positivos, ou seja, combater violências é um percurso longo, que muitas autoridades não querem tomar como prioridade e responsabilidade, preferindo fazer o mínimo possível.

6.2. A EDUCAÇÃO SEXUAL AO LONGO DA HISTÓRIA

Quando falamos da violência contra crianças e adolescentes, dando destaque a sexual, partimos de um ponto muito sensível a todos, onde as vítimas, como os dados mostram, na maioria dos casos são crianças no início da vida, que não conhecem o que estão passando e por não conhecerem é muito mais difícil abordar a situação. Pela gravidade que esse tipo de violência tem, o debate sempre se torna muito mais longo e os questionamentos muito maiores, pois o nível de dificuldade que é descobrir e ajudar ou prevenir uma violência que envolve um ser que não sabe dizer o que ocorre com ele mesmo leva a sugestões polêmicas como a Educação Sexual.

Essa seria uma estratégia tanto para combater a violência sexual infantil quanto para prevenir novos casos de abuso, no entanto é uma discussão que teve seu início no começo dos anos 20 do século passado (Aquino, Martelli; 2012) e até hoje, aproximadamente um século depois, enfrenta muitas dificuldades de ser colocada em prática; o principal obstáculo se encontra nas famílias e na política.

A educação sexual foi e é ainda hoje um tema que passa por inúmeras discussões sempre que mencionado e já foi debatido em Congressos, assembleias políticas, encontros nacionais e internacionais de profissionais da educação e da saúde, etc. Segundo Camila Aquino e Andrea Martelli, em texto de 2012, às discussões sobre esse tema já estariam em pauta desde os anos 20 do século XX, porém os argumentos e abordagens refletiam os pensamentos e traços eugenistas da época e o objetivo principal da educação sexual defendido na época era a prevenção de doenças.

Já o texto de Furlanetto et. al, em 2018, que também traz os anos 20 como início da trajetória da educação sexual, tem destaque para uma característica específica nos debates, que seria a presença da moral religiosa nas abordagens, com repressão a qualquer argumento que fugisse do instituído pela igreja católica

como correto e aceitável, já que a igreja católica ainda dominava o sistema educacional, entre outras áreas, até meados dos anos 60 do século XX. Além disso, mais uma das características que a Igreja colocava na educação sexual era o controle epidemiológico através de discursos baseados na moral cristã.

Mesmo com a presença da Igreja, houveram tentativas de inserir a educação sexual no currículo escolar e consequências para os que tentaram, como o caso de um professor específico, Stawiarski, que inseriu o tema na escola em que trabalhava em 1930, já que havia sido aprovado em 1928 um “Programa de Educação Sexual” para crianças acima de 11 anos; o que acarretou na sua demissão e em um processo jurídico contra o professor (adaptado de Furlanetto et al).

Outro grande obstáculo no campo político foi quando ocorreu o golpe militar de 1964, quando o governo passou a ser de extrema direita e iniciaram as repressões em diversas áreas, principalmente na educação e na arte. Nesse período, apesar de não haver nenhuma Lei que oficialmente proibisse a Educação Sexual, as tentativas eram sufocadas pelo governo militar e muitas das lideranças das Escolas ficavam com medo das consequências caso tentassem falar abertamente desse assunto, gerando um retrocesso absurdo já que na época, até mesmo falar sobre o corpo e reprodução era colocado como educação sexual e repudiado pelo governo conservador, que manipulou e distorceu a imagem da educação sexual de forma que até hoje uma parcela da população, os chamados conservadores, acreditam e defendem que a educação sexual é ensinar as crianças a fazer sexo e como visto nos últimos anos, que educação sexual é uma forma de influenciar as crianças a serem LGBTQIA+; o que para quem estuda o assunto, é absurdo de se pensar. Além de que hoje, apesar de a influência da Igreja Católica ter diminuído consideravelmente, a Igreja Evangélica tomou conta de uma alta parcela do Governo, inclusive dentro do corpo político dos Parlamentos e Assembleias, o que significa que mesmo com as mudanças de época, algumas coisas não mudaram tanto assim.

Lowenkron (2010) frisa que no início do séc. XX a violência sexual contra crianças, de forma particular, não era discutida como uma questão específica; até os anos 40 ela poderia ser enquadrada dentro do crime de “ofensa sexual”, que era tido como um crime contra a honra das famílias, já que na sociedade patriarcal da época a honra das famílias era algo importante socialmente e um crime de violência sexual contra uma mulher, ou uma criança, seria tido como um crime contra a família, ou ao

patriarca. Porém, ainda segundo Lowenkron, nos anos 40, o Código Penal Brasileiro passa por uma mudança e o crime antes definido como “ameaça à honra das famílias” passa a ser definido como “atentado contra a liberdade sexual da pessoa dotada de inferioridade”, dando atenção ao consentimento ou não da pessoa que está no lugar de vítima, tirando a importância da família ou do status social da vítima e a colocando na pessoa violentada e na sua liberdade que foi transgredida; além de trazer importância às vítimas menores de idade quando coloca que até os 14 anos, o consentimento não é válido, ou seja, relações com menores de 14 anos passam a ser vistas como crime independente de ter consentimento ou não.

Novamente na década de 60, apesar de grande parte das administrações de escolas e profissionais de outras áreas terem estagnado a implantação dos projetos de Educação Sexual com medo da retaliação que poderia vir do Governo, ainda aconteceram tentativas em alguns colégios espalhados pelo país, resultando em intervenções nos mesmos e gerando consequências como expulsão e demissão de professores, diretores e até mesmo alunos. Dentro dos espaços políticos oficiais também aconteceu repressão, quando por exemplo ao apresentar a Câmara dos Deputados um projeto de Lei que defendia a implantação obrigatória da Educação Sexual em esfera nacional nas escolas, a deputada Júlia Steimbruck recebeu opiniões contrárias e críticas e o projeto foi automaticamente negado (Aquino e Martelli, 2012).

A educação passou a ser novamente debatida no final dos anos 70, com mais uma vez as mudanças no cenário político, através das discussões que estavam em pauta como forma de melhorar as condições da sociedade além das reivindicações por direitos de alguns grupos como o Feminismo, que foi desde os anos 60 o movimento que esteve mais conectado em defesa a Educação Sexual, graças ao interesse do movimento nas Leis sobre a violência sexual (Lowenkron, 2010). Porém, nesse momento as discussões sobre o assunto realmente tomaram impulso, a partir dos anos finais da década de 70 e os anos 80 em diante foram criadas e reformuladas Leis para menores, Congressos foram novamente organizados com os profissionais interessados acrescentando novas características e assuntos dentro da Educação Sexual (Aquino, Martelli; 2012); de extrema importância foi aprovada, em 96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que gerou os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Furlanetto et. Al, 2018) e foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - em 1990 (Lowenkron, 2010).

Os PCN, apesar de não ditarem regras, são como uma base para os educadores poderem planejar os assuntos que serão abordados em suas aulas e os métodos que irão utilizar, eles trazem diversas orientações sobre o que é mais importante de ser repassado; um dos cadernos traz o tema “Orientação Sexual” que apesar de ser um termo que os conservadores utilizam para indicar que os professores, associados automaticamente por eles a política de esquerda, utilizando-se de “materiais didáticos” sobre sexo e LGBT estariam “orientando” os alunos a serem gays e fazerem sexo muito cedo, nada mais é do que um planejamento para falar sobre a sexualidade enquanto aspecto cultural aos alunos, respeitando a idade e a capacidade de entendimento que os mesmo detenham, partindo do princípio de que “Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte.”. Falar sobre Educação Sexual da forma que o PCN trata, não vai de encontro a nenhuma lei de proteção às crianças e adolescentes, na verdade podemos ver que seria justamente colocar em prática a responsabilidade do Estado para com a proteção dos menores, seguindo com a obrigação de ensiná-los tudo que é necessário para garantir seus direitos e pleno desenvolvimento com segurança.

Com a entrada dos anos 2000 e o séc. XXI, o combate a violência sexual, com foco na categoria infantil, continuou aumentando e se tornando uma das maiores preocupações do século visto que com o desenvolvimento e evolução dos meios de comunicação houve uma maior facilidade de globalizar diversos assuntos em questão de alguns “clicks” nas redes sociais; o que pode ser tão benéfico quanto maléfico na mesma proporção.

6.3. O CAMPO POLÍTICO INFLUENCIANDO A DIREÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Uma das iniciativas mais completas quanto à Educação Sexual veio em forma de um “Guia Escolar” produzido em 2004 em uma parceria entre o Ministério da Educação, a Presidência da República e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Esse Guia tinha o objetivo de ser uma ferramenta para auxiliar na identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Guia contou com participação de diversas pessoas em sua elaboração e contém desde uma breve história das ações sobre educação sexual até partes sobre a Escola e o seu papel no combate; além de explicar toda sua metodologia, e apresentar um plano de combate a violência sexual pautado tanto na educação das crianças, dividindo os assuntos por idade, para que sejam capazes de reconhecer sinais de que estão sendo abusadas ou de que poderão ser, quanto na educação para pais e comunidade escolar, para ensiná-los a identificar entre as crianças possíveis sinais de abuso e violência, já que enquanto comunidade e sociedade todos temos, legalmente falando, o dever (ou a responsabilidade) de garantir e preservar a segurança dos menores de idade (LE MOS et al, 2011).

Lemos et. al (2011) destaca que o momento político em que houve uma maior movimentação política com relação ao enfrentamento a violência e exploração infantil foi durante o governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpriu dois mandatos consecutivos de 2003 a 2011, onde diversos projetos tomaram forma ou foram criados, tais como: o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que em 2004 passa a ser coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e traz a luta contra a violência e exploração sexual infantil para o foco da Presidência da República que defende que essa luta está relacionada com os direitos humanos universais, sendo portanto uma luta tanto dentro quanto fora do país. Além disso, é com essa nova política que a violência sexual contra crianças e adolescentes passa a ser vista definitivamente como crime.

Outra medida implementada foi o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que focava em criar uma rede ampla de agentes ligados a crianças e adolescentes para se articularem de forma a investigar e enfrentar a rede de violência sexual infantil. O plano consistia em eixos que giravam entre aprofundar investigações e conhecer melhor o fenômeno da violência, atualizar o código penal e as leis a fim de aumentar a responsabilidade das pessoas envolvidas nesses crimes aplicando penas mais severas e proteger ainda mais as vítimas e testemunhas, garantir o atendimento especializado das vítimas ao denunciarem e garantir que as mesmas tenham espaço de fala. Um dos eixos de maior importância seria chamado de "Prevenção", onde basicamente o plano buscava assegurar que crianças e adolescentes fossem educados, dentro das escolas, sobre a violência e seus direitos como forma de prevenir o máximo possível

que novos casos acontecessem além de incentivar a participação de crianças e adolescentes em cursos de formação e discussões para que os mesmos participassem e tivessem voz. Para verificar se o Plano estaria sendo seguido e implementado haveria o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, além do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que fiscaliza junto aos conselhos estaduais e municipais (adaptado de LEMOS et al, 2011).

Uma das medidas criadas em 2002 e reformulada pelo governo Lula (LEMOS et al, 2011) que ainda hoje está presente em quase todos os municípios do território nacional são os “Centro de Referência Especializado de Assistência Social” que são centros de atendimento a vítimas e contam com equipes multidisciplinares disponíveis a atender as vítimas prestando apoio psicológico, assistência social e orientando quanto a denúncia e questões jurídicas. O Disque Denúncia também é uma ação que desde sua criação tem sido uma ferramenta de fácil acesso para que qualquer cidadão que suspeite ou que saiba da existência de uma situação de violência e abuso possa denunciar optando por não se expor, essa forma de denúncia surtiu um efeito maior do que o esperado e resultou na criação de outros números de Disque Denúncia para outros tipos de violência, como violência doméstica, maus tratos e assédio.

A ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância segundo LEMOS et al (2011) defende que a escola, por ser o órgão com maior ligação com crianças e adolescentes, deve ter profissionais capacitados a identificar casos de violência contra crianças e adolescentes, considerando que a presença nas escolas é monitorada e é o local onde os menores de idade mais passam seu tempo e expõe, ainda que de forma velada, sua situação. Neste ponto retornamos ao Guia Escolar (2004), que tem uma parte com foco em capacitar os profissionais da escola, não somente professores como também as equipes de infraestrutura e seguranças, ainda que os professores tenham destaque, para tornar toda a organização escolar uma rede de apoio capaz de identificar, interromper e prevenir os ciclos de violência. Porém, apesar das tentativas do governo do presidente Lula, na medida em que a presidência da república foi modificada tivemos uma queda brusca tanto nos investimentos nesse setor quanto uma nova onda de repressão à Educação Sexual.

O Brasil acompanhou nos últimos anos uma disputa política que vai além de divergência de opiniões, uma disputa pela defesa de ideais opostos que

constantemente tem gerado uma ruptura nas estruturas sociais. Para Ribeiro e Monteiro (2019) essa disputa se solidificou em 2015, o ano que antecedeu o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, sucessora do ex-presidente Lula. Monteiro e Ribeiro definem esse fenômeno como:

Uma onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores. Conseguem eleger, em 2018, um presidente de extrema-direita afinado com o fundamentalismo cristão e, desde janeiro de 2019, as ações políticas do governo passam pelo crivo de uma nova moral que pauta as decisões a partir de princípios religiosos e avaliação subjetiva. (Monteiro; Ribeiro; 2019; p. 5)

É nesse momento que os ataques à Educação Sexual se transformam num discurso utilizado para inverter a imagem que foi construída sobre esse movimento. Os cidadãos que se posicionam como Direita e afirmam defender os valores da família tradicional cristã iniciam a manipulação dos fatos utilizando uma mistura de verdades e mentiras sobre os movimentos de feministas e LGBTQIA+, afirmando que os participantes destes movimentos querem utilizar as salas de aula para impor suas próprias crenças aos jovens e que o que seria ensinado nas escolas pelos professores (que também são comumente associados diretamente a política de esquerda) seria a polêmica “ideologia de gênero” para ensinar crianças a serem “gays”; esse tipo de informação deturpada na era da tecnologia tem feito falsas informações se espalharem em milésimos de segundos, além de que essa movimentação de mentiras e verdades no campo político originaram as chamadas “Fake News”; estas são notícias falsas que misturam tão bem pequenos pedaços de verdade em mentiras construídas para manipulação de fatos e controle que para desmentir uma só demanda um esforço e gasto de tempo que na maioria das vezes nem mesmo conserta o estrago causado, por conta disso, os movimentos e organizações que trabalham tem tido um retrocesso maior nos dois últimos governos do que em qualquer outro ponto da trajetória que contamos até aqui e as discussões sobre o assunto apesar de ainda serem frequentes, não tem avançado para além dos congressos de pesquisa e debates em universidades, pois ao chegar nas

instâncias oficiais existe a barreira imposta pelos representantes políticos da direita conservadora.

Um dos projetos do grupo político em questão que foi criado com o objetivo de barrar a Educação Sexual, além de objetivar também o controle da educação em outros aspectos, é o PL 867/2015, chamado de “Programa Escola Sem Partido”, que atualmente está apensado ao PL 7180/2014. Esse projeto de lei defende, de forma resumida, que a educação moral, religiosa e sexual dos alunos menores de idade deve ficar a critério exclusivamente dos pais e o que estes julgarem melhor; pautando esse pedido nas alegações de que professores em todo o país estariam utilizando das salas de aula para influenciar os alunos a se posicionarem politicamente em favor das opiniões dos próprios professores, além de também estarem colocando suas visões particulares em sala para influenciar em outras questões como “orientação” sexual e forçando o amadurecimento sexual dos menores através de manipulação psicológica.

O projeto em seu texto possui várias vezes o pedido de que os menores de idade sejam instruídos sobre seus direitos e que tenham a liberdade de crença e posicionamento próprio, porém frisa com bastante atenção no art 4º, “V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções; “ uma contradição a si mesmo.

No parágrafo de justificativa eles trazem o elemento essencial para entendermos como eles transformam a Educação Sexual em algo oposto ao que de fato é:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (BRASIL, 2015, p. 5)

Quando eles falam “especialmente moral sexual” estão se referindo principalmente a defesa ou adesão dos jovens ao movimento LGBTQIA+ e ao comportamento dos jovens quanto a sexualidade (que se tem iniciado cada vez mais cedo) para dizer que esses e outros comportamentos estão “surgindo” pela doutrinação de professores nas escolas (assim como o fato de muitos jovens estarem se envolvendo ativamente na política com o passar dos anos), afinal, o

mesmo grupo social que adere ao “Programa Escola Sem Partido” é o grupo que espalhou na mídia (incluindo o nosso atual chefe do Executivo e diversas outras figuras da política brasileira) que as escolas brasileiras estariam distribuindo “Kit Gay” nos colégios, bem como estariam os professores ensinando sexo aos alunos com base em um livro distribuído pelo Governo anterior. O livro que apareceu em vídeo compartilhado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro em suas redes sociais próximo das últimas eleições presidenciais como parte do famoso “kit gay” de fato existe e é de autoria do francês Hélène Bruller e intitulado de "Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas", apesar de ele citar crianças em seu título, foi criado com o público alvo de destino: pais e professores, como forma de ajudar a compreender o amor e sexo de forma a ficar mais fácil explicar para crianças e adolescentes. O mesmo livro foi usado em outros momentos para reforçar essa fake news sobre o “kit gay”, que incluía também uma cartilha chamada “Escola sem Homofobia” criada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, além de ter sido usado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para obter mais votos em 2018, a cartilha também foi utilizada em 2013 pela ex-ministra Damares que foi uma das figuras a mais difundir fake news e o ex-ministro da educação em Abraham Weintraub em 2019 (Extra: Globo.com. 2022).

Apesar de o texto do PL “Escola Sem Partido” apresentar sua própria justificativa, não houve provas reais de que o livro estaria sendo distribuído para crianças nas escolas, bem como nada que comprovasse essa doutrinação sexual e política; na verdade a única parte que podemos comprovar é de que o pedido deles pelo “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”, para que se encarreguem de educar moralmente, religiosamente e sexualmente seus filhos tem se provado um verdadeiro fracasso quando consideramos os dados da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ainda que eles tenham um discurso que vai contra as estatísticas, eles não podem apagar as milhares de denúncias que ocorrem e aumentam a cada ano, como mostra o Boletim Epidemiológico nº27 (p 4-9), nem podem fingir que os dados que apontam que 69,2% e 58,2% das denúncias de violência sexual contra crianças (1-9 anos) e adolescentes (10-19anos), respectivamente, ocorreram dentro das residências das vítimas enquanto apenas 4,6% e 1,4% das denúncias contra crianças e adolescentes, respectivamente, ocorreram dentro das escolas não existam ou sejam falsos.

Considerando o contexto social, moral e político do Brasil, levando em consideração nossa Constituição Federal e os Direitos Humanos Internacionalmente Reconhecidos e baseando-se pelas estatísticas até aqui apresentadas não há como não chegar a conclusão de que a Educação Sexual não se trata apenas de melhoria na saúde pública, ela é uma ferramenta extremamente necessária na nossa sociedade para romper o ciclo da violência e da impunidade aplicada a criminosos ligados a violência e exploração sexual infantil.

Não existem provas concretas de que a Educação Sexual apresenta riscos às crianças e adolescentes, a mesma não fere nenhum direito de menores de idade e não vai contra nenhuma Lei de proteção à Infância e Adolescência; pois como o apresentado anteriormente, é um projeto totalmente estruturado e aprovado por diversas áreas científicas, mundialmente debatido e detalhadamente pensado para se adaptar a realidade das crianças, adolescentes e toda a sociedade. A educação Sexual é um projeto com propostas para um futuro mais saudável para a sociedade, que pode ser demorado visto que é a longo prazo, mas a melhor ação que pode ser tomada em uma realidade em que os números de violência, de jovens com DST ou IST e Gravidez Precoce só aumentam dia após dia sem que nada seja efetivamente feito a respeito. A Educação Sexual é um projeto que necessita de urgência para ser aplicado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

BONA JUNIOR, A. et al. **Abuso e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes: A Infância Pede Socorro**. Paraná: Projeto Ação Educativa Contra a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes em União da Vitória – PR. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8587520-A-infancia-pede-socorro.html>.

BRASIL. Atlas da Violência. Espírito Santo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, volume 49, jun 2018. [online] Disponível em <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 434, de 11 de fevereiro de 2021. **Institui o Estatuto do Nascituro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1963422. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 867, de 23 de março de 2015. **Institui o “Programa Escola sem Partido”**.. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 ago. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso: 14 de out. de 2022.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. **Lei nº 8.069**, 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069compilado.htm. Acesso em 02 ago. 2019.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. **Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021**. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em 25 out. de 2022.

Fake news sobre 'kit gay' volta a circular a um mês e meio da eleição. **Extra: Globo.com**, 22 de ago. de 2022. disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/fake-news-sobre-kit-gay-volta-circular-um-mes-meio-da-eleicao-25559531.html> . Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

FURLANETO, M. F., LAUERMAN, F., COSTA, C. B. da, & MARIN, A. H. (2018). **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura**. Cadernos De Pesquisa, 48(168), 550–571. Recuperado de 666. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, 20 jun. 2015. Acesso em: 29 de agosto de 2018.

JIMENEZ, L.; DALTIM ASSIS, D. A.; GOMES NEVES R. **Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde.** Saúde em Debate [Internet]. 2015;39(107):1092-1104. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406343696017>. Acesso em: 13 de abril de 2019.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho; et al. **ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA.** Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2017, v. 26, n. 3 [Acessado 11 Janeiro 2023], e0080016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>>. Epub 21 Set 2017. ISSN 1980-265X.

LIRIO, Flávio; LEMOS, Flávia; ROCHA, Genylton. **Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola.** Pelotas: Cadernos de Educação, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1550>. Acesso: agosto de 2019.

LOWENKRON, L. **Abuso Sexual Infantil, Exploração Sexual de Crianças, Pedofilia: Diferentes Nomes, Diferentes Problemas?** Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latinoamericana [online] 2010 [data da consulta: 10 de setembro de 2018] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293323015002>>; ISSN

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C. . **EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE.** **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7151234. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P.; **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** Jornal de Pediatria [online] 2005 [data da consulta: 02 de setembro de 2019] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700010>;

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal, de Souza MONTEIRO Solange Aparecida. **AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação [en linea]. 2019, 14(2), 1254-1264. Acesso em: 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=619864581001>.

RODRIGUES DOS SANTOS, B. et al. **Guia Escolar, Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2004. 163 p.

